

A saúde do servidor público da educação: fatores de adoecimento, prevenção e promoção do bem-estar

Health of public education workers: illness factors, prevention and promotion of well-being

Vólia da Soledade Brandão¹; Edglei Vergetti de Siqueira Melo²; Larisse Coimbra Cerqueira Toledo³; Walmar Coelho Breda Júnior⁴; Andrienny Santana da Silva⁵; Werllania Stheffannye Veloso Santos⁶; Ludiane Rodrigues Dias Silva⁷; Letícia Rodrigues da Silva Aguiar⁸; Márcio Silva de Souza⁹; Thays Deolinda Portela Moura¹⁰; Gleison Rodolfo Silva Rocha¹¹; Maria Clara Cavalcante Mazza de Araújo¹²; Adriane Duarte Amorim Costa¹³

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, os principais fatores de adoecimento do servidor público da educação, bem como estratégias de prevenção e promoção do bem-estar no trabalho. A abordagem é qualitativa, de natureza analítica, fundamentada em artigos científicos em português publicados, majoritariamente, entre 2019 e 2026. A análise temática evidenciou que o adoecimento decorre da interação entre sobrecarga laboral, intensificação das demandas pedagógicas e administrativas, relações interpessoais fragilizadas, precarização organizacional, riscos psicossociais, transtornos mentais, distúrbios osteomusculares e insuficiência de políticas institucionais contínuas. Os resultados indicam que a promoção da

¹ Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9279-0745>

² Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3795-5225>

³ Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7054-9272>

⁴ Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1092-224X>

⁵ Instituto Federal do Piauí – Teresina – Piauí – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4929-4836>

⁶ Instituto Federal do Piauí – Teresina – Piauí – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4995-1758>

⁷ Instituto Federal do Piauí – Teresina – Piauí – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8465-3360>

⁸ Instituto Federal do Piauí – Teresina – Piauí – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8084-9087>

⁹ Instituto Federal do Piauí – Teresina – Piauí – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1793-5872>

¹⁰ Instituto Federal do Piauí – Teresina – Piauí – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2094-8732>

¹¹ Instituto Federal do Piauí – Teresina – Piauí – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9072-3872>

¹² Instituto Federal do Piauí – Teresina – Piauí – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8684-0303>

¹³ Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1211-0227>

saúde do servidor deve ultrapassar ações pontuais e assumir caráter estratégico na administração pública educacional, articulando vigilância em saúde, gestão participativa, ergonomia, acolhimento psicossocial, prevenção do assédio, valorização profissional e melhoria das condições de trabalho. Conclui-se que cuidar da saúde do servidor é condição para fortalecer a qualidade educacional, a permanência institucional, a capacidade estatal e o compromisso público das instituições de ensino.

Palavras-chave: servidor público; saúde do trabalhador; educação; adoecimento; bem-estar.

Abstract

This article aims to analyze, through a bibliographic review, the main illness factors affecting public education workers, as well as prevention strategies and actions to promote well-being at work. The study adopts a qualitative and analytical approach, based on scientific articles in Portuguese published mainly between 2019 and 2026. The thematic analysis showed that illness results from the interaction between workload, intensification of pedagogical and administrative demands, fragile interpersonal relationships, organizational precariousness, psychosocial risks, mental disorders, musculoskeletal disorders and insufficient continuous institutional policies. The findings indicate that workers' health promotion must go beyond isolated actions and become a strategic component of public educational management, connecting health surveillance, participatory management, ergonomics, psychosocial support, harassment prevention, professional recognition and improvement of working conditions. It is concluded that caring for workers' health is essential to strengthen educational quality, institutional permanence, state capacity and the public mission of educational institutions.

Keywords: public servant; occupational health; education; illness; well-being.

1 Introdução

A saúde do servidor público da educação constitui tema estratégico para a administração pública, pois está diretamente relacionada à continuidade, à qualidade e à humanização dos serviços educacionais. Nas instituições de ensino, docentes e técnico-administrativos em educação sustentam atividades pedagógicas, acadêmicas, assistenciais, administrativas e de

gestão. Quando esses trabalhadores adoecem, o impacto ultrapassa a dimensão individual e repercute no funcionamento institucional, no clima organizacional, na permanência estudantil e na efetividade das políticas públicas educacionais.

O adoecimento dos servidores da educação apresenta caráter multifatorial e envolve elementos físicos, emocionais, sociais e organizacionais. Entre os docentes, destacam-se a intensificação do trabalho, a pressão por resultados, o excesso de tarefas extraclasse, a violência no território escolar, as mudanças tecnológicas e o sofrimento psíquico. Entre técnico-administrativos, evidenciam-se demandas burocráticas, conflitos de carreira, indefinição de papéis, sobrecarga, distúrbios osteomusculares e afastamentos por licença médica. Assim, a saúde do servidor deve ser compreendida de modo coletivo, institucional e preventivo, e não apenas clínico ou individual (TESSARINI JUNIOR; SALTORATO, 2021; SILVA *et al.*, 2023).

Neves, Campos e Moraes (2020) sustentam que, sob a perspectiva da gestão pública, a saúde dos trabalhadores da educação requer integração entre as políticas de gestão de pessoas, segurança ocupacional, qualidade de vida no trabalho, saúde mental, planejamento institucional e valorização profissional. Os estudos indicam que satisfação, autonomia, reconhecimento, condições físicas adequadas, organização do trabalho, relações socioprofissionais e oportunidades de desenvolvimento influenciam diretamente a motivação, o desempenho e a permanência saudável dos servidores. Desse modo, promover a saúde do servidor também contribui para fortalecer a capacidade institucional de cumprir sua função social.

Diante desse contexto, o problema que orienta este estudo consiste em compreender quais fatores contribuem para o adoecimento dos servidores públicos da educação e quais estratégias institucionais podem prevenir agravos e promover bem-estar. O objetivo geral é analisar, por meio de revisão bibliográfica, os fatores de adoecimento, as formas de prevenção e as possibilidades de promoção do bem-estar dos servidores públicos da educação, considerando contribuições da administração pública e da saúde do trabalhador. A relevância do estudo está em evidenciar que ambientes educacionais saudáveis dependem de gestão democrática, cuidado institucional e políticas permanentes de valorização humana.

2 Revisão da Literatura

2.1 Saúde do servidor público da educação e organização do trabalho

A saúde do servidor público da educação deve ser compreendida a partir da relação entre condições de trabalho, organização institucional, reconhecimento profissional e sentido atribuído às atividades desenvolvidas. O adoecimento não resulta apenas de fatores individuais, mas também de processos de gestão, formas de cobrança, relações hierárquicas, excesso de demandas e fragilidades no apoio institucional. Nesse contexto, a saúde ocupacional precisa ser tratada como dimensão estratégica da administração pública, pois interfere diretamente na qualidade dos serviços educacionais, na permanência saudável dos trabalhadores e na efetividade das políticas públicas de educação (KLEIN; PEREIRA; LEMOS, 2019).

A qualidade de vida no trabalho, no serviço público, envolve elementos objetivos e subjetivos. Entre os elementos objetivos, destacam-se infraestrutura, jornada, divisão de tarefas, recursos materiais, ambiente físico e segurança laboral. Entre os elementos subjetivos, aparecem reconhecimento, pertencimento, valorização, autonomia, relações interpessoais e satisfação com o trabalho. Assim, o bem-estar institucional depende da capacidade da gestão de integrar condições laborais adequadas, participação dos servidores e políticas permanentes de cuidado, prevenção e promoção da saúde (KLEIN; PEREIRA; LEMOS, 2019).

Segundo Neves, Campos e Moraes (2020), nas instituições públicas de ensino, a saúde do servidor precisa ser analisada de modo ampliado, considerando docentes, técnicos-administrativos, gestores e demais trabalhadores que sustentam as atividades acadêmicas, pedagógicas e administrativas. Cada categoria possui especificidades, mas todas são atravessadas por pressões relacionadas ao desempenho institucional, atendimento ao público, metas, burocracias, conflitos relacionais e mudanças organizacionais. Por isso, políticas de saúde do trabalhador devem superar ações pontuais e assumir caráter contínuo, intersetorial e preventivo.

2.2 Técnico-administrativos em educação e fatores institucionais de adoecimento

Os técnico-administrativos em educação exercem funções essenciais para o funcionamento das instituições públicas de ensino, pois atuam em setores acadêmicos, administrativos, assistenciais, tecnológicos, laboratoriais e de apoio à gestão. Apesar dessa centralidade, muitas vezes enfrentam invisibilidade institucional, acúmulo de tarefas, baixa participação nas decisões e pouca clareza sobre atribuições. Esses fatores podem gerar desgaste emocional, sensação de desvalorização, conflitos interpessoais e perda de sentido no trabalho (TESSARINI JUNIOR; SALTORATO, 2021).

Tessarini Junior e Saltorato (2021) destacam que a organização do trabalho dos técnico-administrativos pode favorecer ou comprometer a saúde ocupacional. Quando há distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real, o servidor precisa criar estratégias próprias para atender a demandas que nem sempre estão previstas nas normas institucionais. Essa distância entre regra, rotina e realidade aumenta as tensões, principalmente quando há insuficiência de pessoal, falta de capacitação, ausência de escuta por parte da gestão e pouco reconhecimento das soluções produzidas pelos trabalhadores no cotidiano institucional.

Neves, Campos e Moraes (2020) destacam que a qualidade de vida dos técnico-administrativos também se relaciona ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, às oportunidades de crescimento na carreira e à integração social no ambiente laboral. Relações de cooperação, comunicação clara, infraestrutura adequada e possibilidades de desenvolvimento profissional contribuem para reduzir o sofrimento e fortalecer os vínculos com a instituição.

2.3 Trabalho docente, sofrimento mental e síndrome de burnout

Silva *et al.* (2023) destacam que o trabalho docente apresenta características próprias que o tornam vulnerável ao adoecimento psicossocial. A atividade de ensinar envolve planejamento, mediação de conflitos, acompanhamento dos estudantes, avaliação, exigências emocionais, pressão por resultados e, em muitos contextos, precarização das condições de trabalho. Quando essas demandas são intensas e não são acompanhadas de suporte institucional adequado, podem provocar estresse, ansiedade, exaustão, afastamentos laborais e redução da qualidade de vida profissional.

A saúde mental docente deve ser compreendida como resultado da interação entre fatores individuais, organizacionais e sociais. A sobrecarga de trabalho, a intensificação das jornadas, a indisciplina, a cobrança por produtividade, a desvalorização profissional e a falta de apoio pedagógico são elementos que favorecem o sofrimento. Assim, o adoecimento não pode ser interpretado como fragilidade pessoal do professor, mas como expressão de condições laborais que precisam ser enfrentadas pela gestão educacional e pelas políticas públicas (SOUZA; CARBALLO; LUCCA, 2023).

Pereira, Ramos e Ramos (2022) destacam que a síndrome de burnout constitui uma das manifestações mais recorrentes do adoecimento docente, sendo caracterizada por exaustão emocional, distanciamento afetivo e redução da realização profissional. A autoeficácia docente também interfere nesse processo, pois professores que percebem menor capacidade para lidar com as exigências do trabalho podem apresentar maior vulnerabilidade ao desgaste. Nesse sentido, as ações de prevenção devem fortalecer o suporte institucional, a formação continuada, a autonomia, a cooperação entre pares e o reconhecimento profissional.

Estudo recente também tem destacado fatores protetivos relacionados à saúde emocional docente, como autocompaixão, regulação emocional e capacidade de enfrentamento das pressões cotidianas. Esses elementos não eliminam a responsabilidade institucional sobre as condições de trabalho, mas ajudam a compreender que a prevenção do burnout envolve tanto ações organizacionais quanto estratégias de fortalecimento emocional, apoio psicossocial e construção de ambientes escolares mais acolhedores (SANTOS et al., 2024).

2.4 Pandemia, trabalho remoto e novos riscos ocupacionais

A pandemia de Covid-19 intensificou problemas já existentes no trabalho educacional e revelou fragilidades estruturais das instituições de ensino. O trabalho remoto alterou jornadas, espaços de atuação, formas de comunicação, disponibilidade tecnológica e fronteiras entre vida profissional e vida doméstica. Muitos servidores passaram a trabalhar em condições improvisadas, com aumento de demandas digitais, reuniões virtuais, atendimento remoto e maior dificuldade de desconexão (PINHO *et al.*, 2021).

Caldas, Silva e Santos (2022) evidenciam que as repercussões da pandemia sobre a saúde dos trabalhadores da educação envolveram medo, ansiedade, insegurança, isolamento, alterações do sono, estresse e exaustão. O período também ampliou desigualdades, pois nem todos os servidores dispunham das mesmas condições para se adaptar ao trabalho remoto. Desse modo, a crise sanitária demonstrou que a saúde ocupacional depende de planejamento institucional, suporte tecnológico, comunicação transparente e atenção aos impactos psicossociais provocados por mudanças abruptas no trabalho.

Além da pandemia, outros riscos contemporâneos afetam a saúde dos servidores da educação, como violência escolar, insegurança territorial, conflitos institucionais e exposição a situações de sofrimento social dos estudantes. Em determinados contextos, a violência armada e a vulnerabilidade comunitária atravessam o cotidiano escolar, produzindo medo, tensão e sensação de desproteção. Esses fatores exigem respostas coletivas, articuladas entre escola, gestão pública, saúde, assistência social e segurança cidadã (MORAIS; SOUZA; SANTOS, 2024).

2.5 Prevenção, promoção do bem-estar e responsabilidade da gestão pública

A prevenção do adoecimento dos servidores públicos da educação deve ir além de ações individuais de cuidado. Embora práticas como atividade física, escuta psicológica, pausas, lazer, alimentação adequada e autocuidado sejam importantes, elas não substituem a responsabilidade institucional sobre as condições de trabalho. A promoção do bem-estar exige diagnóstico organizacional, participação dos servidores, acompanhamento dos afastamentos, melhoria do clima institucional e revisão dos processos que produzem sobrecarga (KLEIN; PEREIRA; LEMOS, 2019).

Neves, Campos e Morais (2020) argumentam que a gestão pública desempenha papel central na construção de ambientes educacionais saudáveis. Essa atuação envolve políticas de saúde do trabalhador, programas de qualidade de vida, prevenção de riscos psicossociais, fortalecimento das relações interpessoais, combate ao assédio moral, valorização da carreira e formação de lideranças humanizadas. Quando a instituição reconhece o sofrimento laboral como uma questão coletiva, amplia sua capacidade de planejar intervenções preventivas e reduzir afastamentos, rotatividade, conflitos e perdas na produtividade social.

Silva et al. (2023) defendem que a promoção do bem-estar no serviço público educacional requer uma abordagem integrada entre a administração pública e a saúde do trabalhador. O cuidado deve ser compreendido como uma política institucional permanente, e não como uma resposta emergencial ao adoecimento já instalado. Dessa forma, a construção de ambientes mais saudáveis depende de gestão democrática, escuta qualificada, participação dos trabalhadores, avaliação contínua das condições laborais e compromisso ético com a dignidade dos servidores que sustentam o direito social à educação.

3 Metodologia

Este estudo foi desenvolvido como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com finalidade analítica e interpretativa, voltada à compreensão da saúde do servidor público da educação a partir da produção científica nacional recente. A revisão bibliográfica foi adotada por permitir a aproximação crítica entre diferentes estudos que discutem adoecimento, trabalho, prevenção e promoção do bem-estar no contexto educacional público. Essa escolha metodológica possibilitou analisar o tema de forma ampliada, considerando docentes e técnico-administrativos em educação como sujeitos centrais para o funcionamento das instituições de ensino.

O levantamento das publicações foi realizado em bases e periódicos científicos de acesso aberto, priorizando produções disponíveis em português. Foram consultadas fontes como SciELO, Trabalho, Educação e Saúde, Psicologia Escolar e Educacional, Revista Brasileira de Educação, Cadernos EBAPE.BR, Revista de Administração Mackenzie, Research, Society and Development, Physis e periódicos institucionais vinculados à administração pública, educação e saúde do trabalhador. A busca contemplou artigos publicados, preferencialmente, entre 2019 e 2026, utilizando termos relacionados a saúde do servidor, qualidade de vida no trabalho, adoecimento docente, técnico-administrativos em educação, burnout, saúde mental, absenteísmo-doença, organização do trabalho e promoção do bem-estar.

Foram incluídos estudos que apresentavam relação direta com o trabalho em instituições públicas de ensino, especialmente aqueles que discutiam condições laborais, sofrimento psíquico, afastamentos, riscos psicossociais, relações interpessoais, políticas institucionais de saúde e

estratégias de prevenção. Foram excluídas produções sem aderência ao tema central, textos opinativos sem base científica, materiais duplicados e estudos que abordavam saúde ocupacional sem relação com o campo educacional ou com o serviço público. A seleção considerou a pertinência temática, a atualidade das publicações e a contribuição dos estudos para a análise da saúde dos servidores da educação.

A análise dos artigos ocorreu por leitura exploratória, seletiva e interpretativa. Inicialmente, foram identificados os objetivos, contextos, categorias profissionais estudadas e principais achados de cada publicação. Em seguida, os conteúdos foram agrupados em eixos temáticos capazes de organizar a discussão: fatores de adoecimento, repercussões individuais e institucionais, estratégias de prevenção e promoção do bem-estar, e implicações para a gestão pública educacional. A síntese final foi construída de modo crítico, articulando evidências da literatura com a perspectiva da administração pública e da saúde do trabalhador, sem a pretensão de esgotar a produção científica existente.

4 Resultados e Discussão

A revisão evidencia que o adoecimento do servidor público da educação resulta de uma combinação entre fatores individuais, institucionais e sociais. O ponto convergente dos estudos analisados é que transtornos mentais, burnout, distúrbios osteomusculares e afastamentos por licença médica não podem ser dissociados da organização do trabalho. Essa leitura é importante porque desloca a gestão da saúde de uma lógica exclusivamente assistencial para uma lógica preventiva, participativa e orientada por evidências.

Atz e Remor (2024) apontam que o absenteísmo-doença constitui um indicador relevante para compreender os efeitos institucionais do adoecimento. A ocorrência de afastamentos não deve ser analisada apenas como ausência individual ao trabalho, mas como um sinal de alerta relacionado aos fatores psicossociais, à organização laboral, às relações interpessoais e às condições de saúde que atravessam o cotidiano dos servidores públicos. Essa perspectiva reforça a necessidade de monitoramento sistemático das licenças, identificação dos padrões de adoecimento e planejamento de ações preventivas pela gestão pública educacional.

Quadro 1 – Síntese de artigos nucleares utilizados na revisão

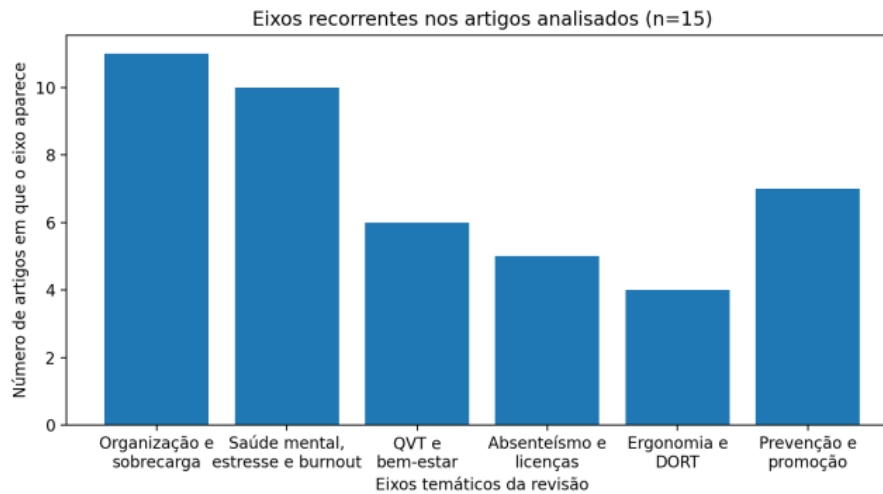
Autor(es) e ano	Foco do estudo	Contribuição para o tema
Klein, Pereira e Lemos (2019)	Qualidade de vida no trabalho no serviço público.	Mostra que QVT depende de condições, reconhecimento, relações, desenvolvimento e organização institucional.
Neves, Campos e Moraes (2020)	QVT de técnico-administrativos em educação.	Evidencia a importância de ambiente físico, integração social, equilíbrio vida-trabalho e crescimento profissional.
Tessarini Junior e Saltorato (2021)	Organização do trabalho de técnico-administrativos em instituição federal.	Analisa carreira, tarefas e relações interpessoais como dimensões centrais do bem-estar e do adoecimento.
Pinho <i>et al.</i> (2021)	Trabalho remoto docente durante a pandemia.	Relaciona novas exigências, aumento de jornada, inadequação do ambiente doméstico e prejuízos à saúde mental e ao sono.
Pereira, Ramos e Ramos (2022)	Burnout e autoeficácia em professores.	Indica que a percepção de competência profissional interfere na exaustão e no enfrentamento das demandas docentes.
Souza, Carballo e Lucca (2023)	Fatores psicossociais e burnout na educação básica.	Defende que a prevenção do burnout deve considerar fatores organizacionais e psicossociais do trabalho.

Silva <i>et al.</i> (2023)	Saúde mental, adoecimento e trabalho docente.	Mostra que o sofrimento docente se relaciona a condições concretas de trabalho e exigências emocionais.
Gatto (2024)	Saúde mental de servidores em instituição federal de ensino superior.	Aponta relações interpessoais, gestão, precarização e necessidade de políticas institucionais de saúde mental.
Morais, Souza e Santos (2024)	Trabalho docente em território de violência armada.	Amplia a compreensão dos riscos ocupacionais ao tratar a violência como fator de adoecimento e mobilização coletiva.
Rechy <i>et al.</i> (2026)	Perfil de adoecimento de servidores federais de instituição de ensino superior.	Identifica afastamentos por doenças osteomusculares, lesões e transtornos mentais, com diferenças entre docentes e TAEs.

Fonte: elaborado pelos autores, com base na literatura revisada (2026).

O Quadro 1 permite observar que a produção científica recente converge para três ideias centrais. A primeira é que o adoecimento se relaciona à sobrecarga, às exigências emocionais, aos conflitos organizacionais e às condições materiais de trabalho. A segunda é que docentes e técnico-administrativos adoecem de modos parcialmente distintos, embora compartilhem pressões institucionais. A terceira é que a prevenção exige políticas permanentes, e não apenas ações episódicas em datas comemorativas ou campanhas isoladas.

Figura 1 – Eixos temáticos recorrentes nos artigos analisados



Fonte: elaboração própria a partir da análise temática dos artigos consultados. A frequência indica presença do tema nos estudos, não prevalência epidemiológica.

A Figura 1 mostra maior recorrência dos eixos organização do trabalho, saúde mental e prevenção institucional. Esse resultado é coerente com estudos que associam burnout e sofrimento psíquico a fatores psicossociais, intensificação do trabalho e baixa governança das condições laborais (SOUZA; CARBALLO; LUCCA, 2023; SILVA *et al.*, 2023). No caso dos afastamentos, Rechy *et al.* (2026) destacam doenças osteomusculares, lesões e transtornos mentais, indicando que ações de ergonomia e cuidado psicossocial precisam caminhar juntas.

Tabela 1 – Matriz de prevenção e promoção do bem-estar do servidor público da educação

Problema identificado	Evidência na literatura	Resposta institucional necessária	Resultado esperado
Sobrecarga e intensificação do trabalho	Pinho et al. (2021); Silva et al. (2023)	Redimensionamento de equipes, revisão de fluxos e pactuação de prioridades.	Redução de exaustão, conflitos e retrabalho.
Burnout e sofrimento psíquico	Pereira, Ramos e Ramos (2022); Souza, Carballo e Lucca (2023)	Acolhimento psicossocial, prevenção do assédio, escuta qualificada e gestão humanizada.	Maior proteção emocional e fortalecimento do vínculo institucional.
Doenças osteomusculares e licenças	Gonçales e Zanatti (2023); Rechy et al. (2026)	Ergonomia, pausas, adaptação de postos, vigilância de afastamentos e ginástica laboral.	Menor absenteísmo e melhor funcionalidade no trabalho.
Fragilidade das relações interpessoais	Tessarini Junior e Saltorato (2021); Gatto (2024)	Mediação de conflitos, comunicação institucional e formação de lideranças.	Melhora do clima organizacional e da cooperação.
Ações pontuais de QVT	Klein, Pereira e Lemos (2019); Pôssas, Meirino e Pacheco (2019)	Plano permanente de saúde do servidor com metas, indicadores e avaliação participativa.	Promoção contínua do bem-estar e melhoria da capacidade estatal.

Fonte: elaborado pelos autores, com base na revisão bibliográfica.

A matriz apresentada na Tabela 1 demonstra que a promoção do bem-estar deve ser incorporada como uma política permanente de gestão de pessoas. Pôssas, Meirino e Pacheco (2019) sustentam que a implementação de políticas voltadas à atenção à saúde e à segurança do servidor exige planejamento institucional, diagnóstico das condições de trabalho e participação dos trabalhadores. Gatto (2024), por sua vez, ressalta que a proteção da saúde mental dos servidores demanda o enfrentamento de fragilidades relacionadas à gestão, à comunicação organizacional e às relações interpessoais. Nesse contexto, a prevenção do adoecimento requer

lideranças comprometidas, recursos orçamentários, indicadores de acompanhamento e corresponsabilidade entre gestores, servidores e setores institucionais.

5 Considerações Finais

A revisão bibliográfica permitiu concluir que a saúde do servidor público da educação resulta da interação entre condições de trabalho, organização institucional, relações socioprofissionais, reconhecimento, autonomia e políticas de gestão. O adoecimento não pode ser compreendido apenas como evento clínico individual, pois expressa também fragilidades de planejamento, sobrecarga, intensificação laboral, ausência de escuta, conflitos interpessoais, precarização das condições de trabalho e insuficiência de ações permanentes de promoção da saúde.

Os estudos analisados demonstram que docentes e técnico-administrativos em educação apresentam vulnerabilidades específicas, embora estejam inseridos em uma mesma dinâmica institucional. Entre docentes, sobressaem sofrimento psíquico, burnout, exigências emocionais, insegurança, impactos do trabalho remoto e exposição a contextos de violência. Entre técnico-administrativos, destacam-se organização do trabalho, carreira, relações interpessoais, invisibilidade institucional, distúrbios osteomusculares e afastamentos por adoecimento. Em ambos os grupos, o bem-estar depende de gestão participativa, valorização profissional, comunicação clara e ambientes institucionais saudáveis.

Conclui-se que a prevenção e a promoção do bem-estar devem integrar a agenda estratégica da administração pública educacional. As instituições de ensino precisam desenvolver políticas permanentes de saúde do servidor, com diagnóstico dos afastamentos, ações de ergonomia, acolhimento psicossocial, prevenção do assédio, formação de lideranças, mediação de conflitos, espaços de escuta, indicadores de acompanhamento e avaliação contínua. Cuidar do servidor significa fortalecer a qualidade da educação pública, a permanência institucional, a humanização do trabalho e a capacidade do Estado de cumprir sua função social.

Referências

ATZ, Mariana Valls; REMOR, Eduardo Augusto. Fatores psicossociais associados ao absenteísmo-doença em servidores federais de uma universidade pública. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-11, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47626/1679-4435-2023-1191>.

CALDAS, Calila Mireia Pereira; SILVA, Joilson Pereira da; SANTOS, Karine David Andrade. Impactos da pandemia da Covid-19 na saúde mental do professor: uma revisão integrativa de literatura. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, e27751, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v47.27751>.

GATTO, Carine. O trabalho com saúde mental dos servidores em uma instituição federal de ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, Florianópolis, v. 16, n. 48, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/94753>. Acesso em: 9 jul. 2026.

GONÇALES, Daliana de Ávila; ZANATTI, Christian Loret de Mola. Avaliando o absenteísmo por doença nas instituições federais de ensino: análise dos dados de afastamento de servidores por licença médica nas universidades federais de Pelotas e Rio Grande. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 33, e33022, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333022>.

KLEIN, Leander Luiz; PEREIRA, Breno Augusto Diniz; LEMOS, Rosélia Bohn. Qualidade de vida no trabalho: parâmetros e avaliação no serviço público. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 20, n. 3, eRAMG190134, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190134>.

MORAIS, Karla Barros de; SOUZA, Katia Reis de; SANTOS, Gideon Borges dos. Trabalho, violência armada e saúde na visão de professores em uma escola pública no Rio de Janeiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 22, e2835, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2835>.

NEVES, Tatiane Santos; CAMPOS, Luciana de Freitas; MORAIS, Harriman Aley. Qualidade de vida no trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação em uma universidade federal de Minas Gerais. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 5, e13952208, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.2208>.

PEREIRA, Erika Cristina de Carvalho Silva; RAMOS, Maély Ferreira Holanda; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Síndrome de burnout e autoeficácia em professores de educação física. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, e270045, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270045>.

PINHO, Paloma de Sousa et al. Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, e00325157, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00325>.

PÔSSAS, Nathalia São Paio D'Amato; MEIRINO, Marcelo Jasmim; PACHECO, Márcia Vieira. Proposição de ações para implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do servidor público federal: estudo de caso na Universidade Federal Fluminense. **Sistemas & Gestão**, Niterói, v. 14, n. 3, p. 323-334, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20985/1980-5160.2019.v14n3.1507>.

RECHY, Wanessa Furtado Caneschi de; BARBOSA, Roberto Silva; SEDIYAMA, Catarina Maria Nogueira de Oliveira; CAÇADOR, Beatriz Santana; PRADO, Mara Rúbia Maciel Cardoso do; PRADO JÚNIOR, Pedro Paulo do. Perfil de adoecimento de servidores públicos federais de uma instituição de ensino superior da Zona da Mata Mineira no período de 2014 a 2023. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 22, e2222, 2026. DOI: <https://doi.org/10.14393/Hygeia2276847>.

SANTOS, Karine David Andrade; ALMEIDA, Emile dos Santos; SOUZA, Francisco Vitor Soldá de; SILVA, Joilson Pereira da. Níveis de autocompaixão, regulação emocional e síndrome de burnout em professores da Educação Básica. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 27, n. 1, e70280, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/tpe.v27i1.70280>.

SILVA, Jerto Cardoso da; LEAL, Luiza Tamara Almeida; SCHMIDT, Stefanie; FUHR, Maiara da Silva; SARAIVA, Eduardo Steindorf. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, e242262, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242262>.

SOUZA, Maira Cazeto Lopes de; CARBALLO, Fábio Peron; LUCCA, Sérgio Roberto de. Fatores psicossociais e síndrome de burnout em professores da educação básica. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, e235165, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-235165>.

TESSARINI JUNIOR, Geraldo; SALTORATO, Patrícia. Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 19, n. esp., p. 811-823, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200236>.